

Das *Caldas do Populus* à Cidade Aberta à Humanidade

1. Introdução

Nascida das águas e de um gesto de profundo humanismo, a cidade das Caldas da Rainha possui um património de valor excepcional e universal, associado a um *hospital para o Populus*, legado no final do século XV pela rainha D. Leonor e que mantém ainda a sua autenticidade assistencial aos mais desprotegidos.

Na sua origem, esta vila renascentista estabeleceu uma profunda relação com as águas curativas; não tão monumental como qualquer urbe romana, nem tão poética como a islâmica, teve nas águas o suporte da prosperidade económica de um centro urbano que criou em si mesmo um dinamismo próprio e constituiu o sustento da indústria artesanal e do comércio, e por isso com significado para as suas gentes. Nos seus primeiros séculos, a água, depois de servida no corpo humano, corria à flor do corpo urbano na pendente natural do terreno, activando moinhos e azenhas que geraram os ofícios mais importantes e uma economia local florescente. Esta relevou desde sempre um centro oleiro pujante pela qualidade das margas da terra e criatividade das mãos dos seus artistas. Mais tarde, a movimentação de visi-

tantes alimentou o trabalho dos seus habitantes em actividades que se diversificaram cada vez mais. O hospital é considerado mais do que um edifício em si mesmo, sobrevivendo para além do banho medicinal em período estival e de uma actividade colectiva e temporal. É por estas razões que este e outros patrimónios não sobrevivem sem o valor humano e sem que os mesmos tenham sentido para as comunidades e para quem os visita.

As *Caldas do Populus*, que se estruturaram dentro destas premissas, não ficaram fechadas intramuros, mas foram desde sempre constituídas por espaços abertos, favorecendo as relações entre os seus cidadãos, convidando os de fora para fazerem jus à hospitalidade de sempre.

Hoje, este conjunto histórico monumental e simbólico é constituído pelo Hospital Termal Rainha D. Leonor – considerado o primeiro e mais antigo dos hospitais termais europeus e a primeira grande unidade assistencial em Portugal –, pela Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Mata Rainha D. Leonor e pelo Parque D. Carlos I, como elementos patrimoniais e testemunhos do seu decurso histórico.

É nas palavras dedicadas recentemente a este património, porque insubstituíveis pela sua análise apaixonada

damente atenta e conhecedora, que fundamos as nossas próprias convicções e esperanças de que estes valores venham a ser justamente reconhecidos, nacional e universalmente. O presente contributo deve ser um sinal acrescido de alerta, na comunidade científica e nos decisores públicos.

2. Justificação de «Valor Universal e Excepcional» do Conjunto Termal

O Conjunto Termal das Caldas da Rainha respeita os critérios essenciais para que lhe seja reconhecido, formalmente, o seu valor universal e excepcional.

É manifestamente verdade que este conjunto constitui um exemplo eminente de fixação humana e de ocupação do território tradicional «representando várias culturas (a da balneoterapia, a da beneficência social, a da literatura e das artes)» (Aires-Barros 2005), permanecendo no tempo, directa e materialmente associado a acontecimentos, a tradições e a ideias, e a obras de significado excepcional. Neste valor indubitável, o Conjunto Termal das Caldas da Rainha fornece um testemunho único da permanência da vertente assistencial durante mais de cinco séculos, como tradição cultural viva, desde o magnífico conjunto de espaços e equipa-

mentos sem paralelo na estrutura hospitalar epocal – grande edifício e uma das maiores casas de assistência do seu tempo –, com base numa «concepção culta, espiritual e assistencial da ideia de cidade» (Sousa 2005). A primeira grande obra de caridade da rainha D. Leonor foi a fundação do grande Hospital das Caldas, precursor do movimento das Misericórdias que correu mundo.

O papel da sua fundadora, rainha culta, peregrina, mecenas, impulsionadora das artes do Renascimento, foi essencial num primeiro tempo. O hospital das águas, dedicado a Santa Maria do Pópulo ou de Nossa Senhora do Pópulo (denominação popular), tornou-se lugar de cura e de descanso estival «para reis e príncipes, finas aristocracias e escritores de descansada passagem. À ritualização religiosa das águas termais promovida pelas dádivas de D. Leonor somar-se-ia uma longa especialização das Caldas como espaço de retiro, passeio, veraneio, visita» (Sousa 2005).

O Hospital das Caldas passou a estar dotado das melhores condições para os doentes mais desfavorecidos mas também para a família real e corte que habitualmente o frequentavam. Quando esta prática se tornou moda na Europa, as estâncias termais mais em voga conservaram um ambiente cosmopolita, mas sem atingirem a par-

ticularidade das Caldas em conciliar também o valor assistencial em condições modernas para a época. A tendência de vilegiatura, que viria a proliferar em toda a Europa, teve nas Caldas da Rainha, a partir da reconstrução do Hospital no século XVIII, o atributo de conciliar num mesmo edifício os doentes pobres ou deserdados, internados nas suas enfermarias comunitárias, de forma gratuita, e aristocratas e burgueses ricos, nacionais e estrangeiros, que frequentavam os banhos (piscinas), mas alojando-se com mobílias e recheios em casas alugadas. O banho reunia as classes. Os mais pobres eram acolhidos à sombra da instituição de assistência fundada pela rainha D. Leonor e os mais ricos constituíam um grupo abastado de veraneantes que pagavam as aplicações terapêuticas.

Da política centenária de beneficência e de assistência social, da contínua exploração de um recurso mineral peculiar como são as águas termais caldenses, da criação e manutenção de uma atmosfera de repouso, paz mental e lazer, da envolvimento que impregna um bom património cultural, «os tempos têm depositado em todo este sítio das 'caldas' esta beneficência: nas suas águas quentes, nas suas árvores acolhedoras, nos seus monumentos distribuidores de prazeres e de graças, nos seus hospícios

dadores de benesses, no todo envolvente, capaz de incentivar a motivação para a criação artística, da literatura às artes.» (Aires-Barros 2005).

Simultaneamente, trata-se de um património vulnerável nos seus elementos centrais, a Água e o Hospital Termal, quando no primeiro caso se prende com questões ambientais e de preservação do principal recurso natural e, no segundo, com o efeito deste – de características geoquímicas peculiares – sobre os materiais pétreos, com mutações irreversíveis. Ainda assim, este hospital perdurou, mantendo o seu carácter regenerador nas gentes que o procuram.

A fundação do Hospital das Caldas coincidiu com uma nova percepção do espaço, de reconhecimento do lugar do corpo, distante da imperfeição pecaminosa medieval. Inicialmente, trata-se de um espaço de cura, de vapores cálidos, onde a ciência vai tendo um papel cada vez mais relevante, para se tornar também no espaço do novo conceito oitocentista, ligado ao ócio e a espaços de encontro, manifestado nas experiências espaciais do banho, no «tomar águas», no passeio e no jogo.

O pulsar dos tempos deixou traços da criatividade humana: primeiro, no complexo fundador hospital-igreja; segundo, na obra arquitectónica da refundação no século XVIII, a partir da qual se tornou num exemplo pioneiro



Gravura de 1747 presuntiva do primitivo Hospital Termal, fundado em 1485, reprodução de bilhete-postal. Colecção dos autores

de arquitectura termal e engenharia hidráulica e num elemento estruturante do urbanismo, em que os melhores recursos artísticos e técnicos serviram o objectivo estratégico do país; terceiro, na manifestação higienista e moderna de finais do século XIX.

O primeiro tempo revela uma instituição e espaços edificados pioneiros. A existência de corpo clínico próprio (médico, enfermeiro, boticário) e enfermarias para doenças intercorrentes, nomeadamente as febris, surge apenas no fim do século XV, registando-se noutros locais europeus, até esse momento, o funcionamento

de hospícios, hospedarias, leprosas e gafarias, destinados a pobres. A fundação anterior de estruturas hospitalares junto a nascentes de águas termais passou por um número reduzido de camas, sem médico, nem enfermeiros. Em toda a Europa, existiam hospitais militares e termas onde eram tratados doentes pobres, mas a maioria deles era apenas frequentada por doentes sarnosos e leprosos, o que, só por si, era motivo para afastar outros enfermos, com receio do contágio. Assim, a construção do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo reuniu em si todo um programa assistencial inovador (hospital, confraria de cari-

dade e igreja) e deu origem a uma nova povoação – facto que não se passara noutros países – que cedo beneficiou do desenvolvimento induzido pela actividade do seu Hospital Termal. Portugal passou a ter o seu primeiro grande hospital e o primeiro no mundo com as características fundamentais dos hospitais modernos, recorrendo ao emprego das águas termais como medicina predominante.

Dada a sua notável organização – na gestão e na estrutura técnica e profissional –, o Hospital Termal foi pioneiro numa moderna prestação de cuidados terapêuticos (o banho, a medicação, a alimentação e o repouso), até à fundação no século XVI de outros hospitais, em Inglaterra e França. Nenhum deles teve a importância do das Caldas ou perdurou no tempo.

Cumulativamente, a estrutura do Hospital das Caldas tem na capela dedicada ao *Populus* o seu elemento artisticamente mais sublime, onde os acamados nas enfermarias encontraram a simbiose perfeita entre a fé e a Arte. As características únicas e qualidades formais e artísticas da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo foram esclarecidamente tratadas pelo professor José Custódio Vieira da Silva, que se lhe refere relevando o seu «valor intrínseco, sob o ponto de vista arquitectónico, que não só a individualiza como lhe confere um lugar



Torre sineira da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

© Fotografia dos autores



Pia baptismal da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, bilhete-postal. Colecção dos autores

preciso, pelo seu assinalável valor; no contexto da época artística de que faz parte» (Silva 2005). O seu experimentalismo na Arte Manuelina condensa-se nas novidades e no interesse artístico dos diferentes aspectos da capela-mor; bem como no arco triunfal que lhe dá acesso e na porta da sacristia que atesta a fundação deste empreendimento pela inscrição esculpida no filactério do seu vão – partes de um todo que conjuga o Tardo-gótico europeu com os primeiros sinais do Manuelino e que faria escola ao longo da primeira metade do século XVI. Até a sua implantação singular; a uma cota extraordinariamente baixa relativamente à circulação viária, merece interesse, reforçado pela proximidade do olhar à magnífica torre sineira.

Pena é que algumas intervenções – ditas de conservação e restauro –, designadamente na pia baptismal, não tenham respeitado recentemente os mais rigorosos métodos científicos.

O Conjunto Termal das Caldas da Rainha testemunha também uma considerável troca de influências no que respeita à arquitectura termal, designadamente na campanha de obras do século XVIII, a qual representou um verdadeiro laboratório da arquitectura utilitária traçada ao estilo joanino, mas já denunciando raízes pombalinas que viriam a ser confirmadas na enor-

me empreitada de construção dos edifícios de rendimento da Baixa de Lisboa. À visão estratégica expressa no desenho da rede de aquedutos e chafarizes ligam-se os profundos conhecimentos técnicos de Manuel da Maia, no delineamento do «monumento termal», e a arte dos seus colaboradores, especialmente Eugénio dos Santos, que assumiu o papel de vulto na execução dos planos arquitectónicos. O novo Hospital passou a constituir um marco na arquitectura termal, pela inovação das soluções funcionais e estruturais e antecedeu, em algumas décadas, o desenvolvimento construtivo das termas centro-europeias.

Para além deste aspecto, a refundação do Hospital Termal das Caldas da Rainha, entre 1747 e 1750, enquadra-se nos primeiros sinais do termalismo moderno na Europa, associados ao «higienismo» e às práticas assentes na ratificação científica, mantendo intacta a relação do indivíduo com a água (para além da terapia), na dimensão religiosa e na dimensão social mais profunda. Este é um caso exemplar na história do termalismo universal, de como a evolução de uma estrutura face ao avanço do conhecimento das terapias não deixa de lado o traço fundador desta instituição.

O seu cariz urbano deve-se ao crescimento da assiduidade social e à



Fachada do Hospital Termal joanino, reprodução de albumina. Coleção dos autores

sua localização privilegiada. As atividades económicas floresceram. E quando no século XIX se descobre uma vida social, sanitária e cultural mais intensa – inscrita em rituais próprios de que a estada de espanhóis, aristocratas e burgueses traz um suplemento de vibração –, então o espaço conforma-se numa concepção própria: o Passeio da Copa dá lugar ao grande Parque, a Mata propicia o deleite da paisagem natural, o Clube de Recreio alarga-se, a Casa da Convalescença abre portas, o banho individualiza-se. Ainda assim, a *buvette* é um ponto de convergência

e central relativamente a toda a planta térrea do edifício hospitalar, que entretanto se elevou num piso mais, passando a ter como concorrente os novos e excêntricos Pavilhões, que ficariam para sempre associados a uma arquitectura de sonho – única –, debruçada sobre um parque termal gerador da mundaneidade e de partilha pela comunidade local.

No final de oitocentos, Caldas da Rainha e os seus espaços e edificações associados à prática termal e ao veraneio tornam-se no ideário de um lugar salubre e, por isso, em condições de enfrentar o século seguinte, de



Casa da Copa do Hospital Termal, reprodução de fotografia.
Colecção dos autores

mudanças profundas: a vila torna-se cidade, expandindo-se em diferentes funções e formas, mas mantendo o seu traço fundador de hospitalidade para todos.

O conjunto termal ilustra assim, na sua continuidade histórica, o permanente suporte assistencial que lhe vem de origem: apoio terapêutico aos doentes mais desfavorecidos, lugar de vilegiatura e de moda das cortes, da aristocracia e das classes mais abastadas e refúgio dos invasores franceses e simultaneamente das tropas portuguesas e inglesas e, mais tarde, dos refugiados *Boers* do início do século XX e dos Judeus da II Grande Guerra.

Caldas da Rainha desenvolve um hábito que se espalharia pela Europa, ligado ao início do termalismo moderno. As refinadas elites intelectuais e aristocratas, os inválidos acompanhados ou não pelos seus médicos, os escritores, artistas e figuras mundanas aderem paulatinamente à moda das termas.

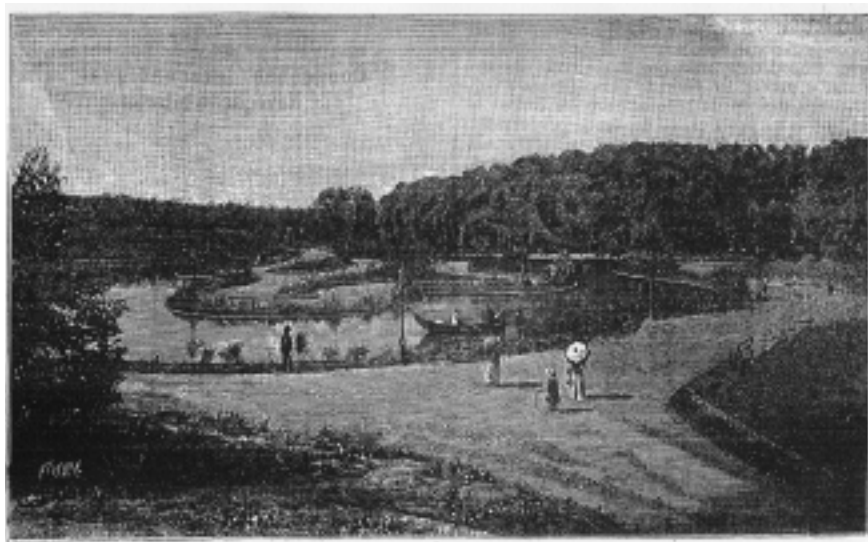
No meio desta ambiência, alguns episódios marcam a universalidade deste hospital, designadamente no apoio aos desprotegidos dos confrontos de guerra.

Durante as invasões francesas em Portugal, o Conselho da Regência, que D. João VI nomeara antes da ida para o Brasil, encarregou o administrador

geral dos hospitais militares de tratar com o Provedor do Hospital das Caldas da instalação de condições de alojamento às tropas napoleónicas comandadas por Junot. O Hospital das Caldas, que só abriria em Maio, oferecia condições para de imediato receber os contingentes de soldados, curiosamente de todas as partes, franceses, ingleses e portugueses, sofridos de sarna, que aí se juntaram procurando a cura para o que a guerra lhes causara.

Na segunda guerra dos Boers (1899-1902), que opôs os colonos sul-africanos de origens holandesa e francesa ao exército britânico, a vila das Caldas serviu de pátria a Boers, depois da sua passagem por Moçam-

bique fugidos dos tumultos. Por falta de acomodações e por grandes pressões das forças inglesas, estes refugiados foram deslocados em Março de 1901. Uma vez chegados a Lisboa, foram transportados para seis locais, fixando aí a sua residência enquanto durasse a guerra. A particularidade de as Caldas terem um novo, amplo e vazio edifício – os Pavilhões do Parque – junto do Hospital Termal, decorrente da campanha de obras de final do século XIX, foi decisivo para acolher 351 indivíduos. Os responsáveis locais pelo Hospital Termal, habituados às regras hospitalares, desdobraram-se para atenuar os problemas de adaptação dos novos «hóspedes»: falta de vestuário, difícil-



Gravura de 1894 do Parque D. Carlos I no ano da sua construção, reprodução. Colecção dos autores



Lago e Pavilhões do Parque, reprodução de cliché da década de 1920. Colecção dos autores

dades para se habituarem aos temperos da cozinha portuguesa, especialmente devido à utilização do azeite, assistência médica, serviço religioso em actos de culto público. No que se relaciona com a educação, foi fundada uma escola nas Caldas da Rainha, frequentada por 117 alunos, que foram instruídos por holandeses. Após a assinatura do acordo de paz, em Maio de 1902, o governo português acabou por transferir os refugiados, agora cidadãos britânicos, para a responsabilidade do governo do Reino Unido. O regresso realizou-se a 19 de Julho desse ano, tendo sido embarcados no navio de guerra inglês *Bavarian*, com destino à África do Sul, levando e

deixando um traço de saudade pela intensa convivência entre os dois povos. Este sentimento viria a repetir-se durante a II Grande Guerra. Entre Junho de 1940 e Maio de 1941, passaram pelo país cerca de 40.000 pessoas em fuga de Hitler e do Holocausto. Uma parte substancial dos refugiados foi conduzida para as Caldas, até obterem passagem para um país de destino final, de preferência os Estados Unidos.

Segundo o historiador João B. Serra, «era gente anónima, personalidades destacadas das ciências e das letras, da medicina, realizadores e actores de cinema, figuras políticas, historiadores, ensaístas, compositores alemães, austríacos, franceses, polacos,

e de outras nacionalidades (gregos, luxemburgueses, holandeses dinamarqueses, etc.), expulsos dos seus países.» (Serra 2006).

O impacto nas Caldas e no seu conjunto termal foi relevante. Por aí se alojaram, durante algum tempo, os estrangeiros residentes, que conferiram uma nova atitude social de cafés e vida nocturna animada no teatro e nos salões do Clube de Recreio, bem contrária ao espírito conservador e rural da época. Sucediavam-se as actividades desportivas nos campos de jogos do Parque e da Mata. Era gente que vivia na incerteza, mas que encontrou nas Caldas refúgio e integração, tal como, reciprocamente, se denotaram mais-valias decisivas para as mulheres caldenses e para as aquiras a banhos.

Tem sido fundamental para a comunidade residente e flutuante a existência dos espaços verdes (Mata e Parque) no contexto do conjunto termal das Caldas da Rainha, como áreas de importância ambiental e de beleza natural e estética, e testemunhos de várias épocas.

Aí existem importantes e significativos *habitats* naturais para a conservação *in situ* da diversidade biológica, para além do seu papel fundamental associado ao valor da água mineral natural. Segundo o professor Fernando Catarino,

«não deixa de causar admiração e até regozijo que a mais-valia representada por este vasto pulmão verde se tenha mantido até aos nossos dias e resistido à pressão do alastrar urbano.

Raros serão os sítios urbanos que possam ombrear com as Caldas da Rainha e que possam orgulhar-se de ter o seu principal e mais valioso núcleo histórico, neste caso as Termas e o conjunto impressionante do Hospital, da Igreja e do Palácio Real, em integração tão feliz, que por um lado se cola sem nenhuma arrogância com as construções humildes do primitivo traçado urbano e, por outro, se deixa envolver no abraço protector da magnífica moldura vegetal, que de um e doutro lado dão merecido enquadramento ao lugar:» (Catarino 2005)

Ainda assim, ao longo dos tempos, as transformações da Mata e do Parque são resultantes das constantes alterações motivadas pelas solicitações dos aquiras e pelos problemas técnicos. Têm sobrevivido, porém, a não poucos desmandos por parte de responsáveis locais, sendo por isso espaços essenciais de preservação e valorização no âmbito de um Plano de Gestão.

3. Plano de Gestão

Desde 1999 que existe aberto ao público o Museu do Hospital e das Caldas, integrado na antiga Casa Real, sendo um elemento de estudo e divulgação do Património, bem como centro do percurso museológico termal, constituído este pelos espaços e edifícios representativos da História do Hospital Termal e seus respectivos conteúdos. O Museu foi um dos projectos lançados pelo médico Mário Gualdino Gonçalves, enquanto Director do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, que traçou para este vasto conjunto perspectivas de gestão e projectos para alguns edifícios mais degradados e potencialmente importantes para o relançamento da actividade termal.

O papel do Museu durante o período de 1999 a 2005, durante o qual a co-autora deste texto foi sua coordenadora técnica, pautou-se por uma intensa abertura à comunidade, com especial destaque para o trabalho com as escolas, integrando uma equipa de voluntários, de aquistas, funcionários e colaboradores do Centro Hospitalar, em diferentes áreas disciplinares – geologia, hidrologia, biologia, história da arte, literatura, artes plásticas –, que estruturou projectos de consolidação da imagem e da importância do Património, apresentando-o

à comunidade local, ao país e em diferentes intervenções no estrangeiro.

Numa escala alargada à cidade, a criação de um território de inovação – envolvendo a arquitectura, as artes, o design e as ciências da água e da saúde – pode induzir uma estratégia de desenvolvimento local, a qual foi efectivamente traçada no quadriénio de 2002 a 2005 pelo co-autor deste texto, no âmbito da Câmara Municipal. Essencialmente, identificam-se neste projecto três objectivos: em primeiro lugar, como suporte de uma actividade económica ligada ao termalismo; em segundo lugar, para desempenhar um papel de actualização permanente do conhecimento e para facilitar a transferência do *know-how* universidade-sector de actividade; e, em terceiro lugar, para actuar como catalizador da regeneração urbana e económica do centro urbano para beneficiar a comunidade. Tem de ser um projecto de longo prazo, onde a componente da qualificação urbanística assume uma importância decisiva, para além da interacção entre os sectores empresarial, de ciência, ensino e formação e a comunidade, permitindo criar um espaço atractivo para viver, trabalhar e aprender no centro da cidade; um espaço onde ocorra a inovação, com ambiente propício, recursos humanos qualificados, adequada oferta de for-

mação e de bens culturais, incluindo, necessariamente, a cultura científica e tecnológica.

A transformação do centro urbano, como nó de um sistema, permitiria desenvolver, no campo das ciências da saúde e da água e no das artes, design e arquitectura, uma economia de território capaz de provocar a inovação nas actividades do termalismo, do lazer, do ensino, da investigação e da regeneração urbana. Esta especialização competitiva da cidade das Caldas da Rainha e do seu centro urbano em particular aproxima-a de um mercado mais vasto, com repercussão também na imagem externa. Uma aposta integrada que, assente numa estratégia que beneficie toda a comunidade e que lance pontes para um intercâmbio internacional, seria um caminho desejável para criar novos horizontes, para criar o futuro.

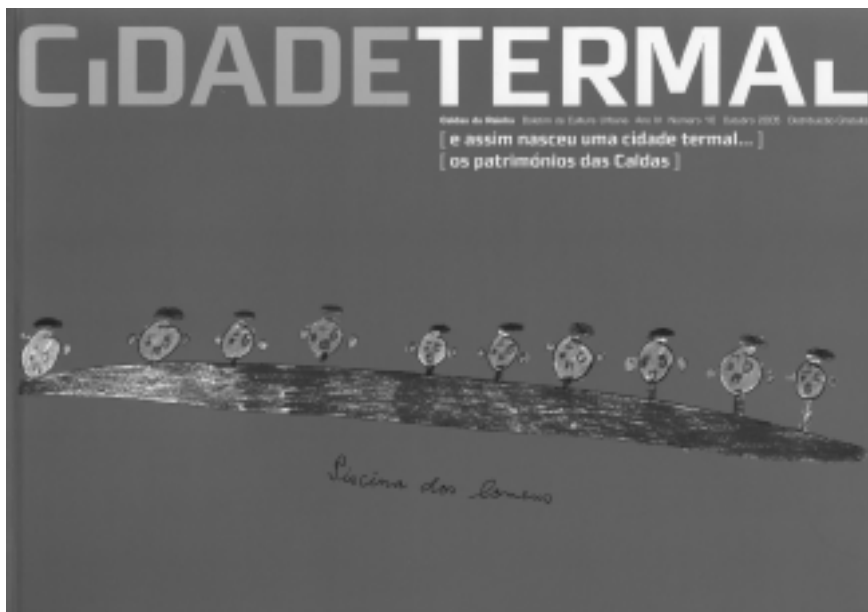
Estas ideias devem configurar o papel inovatório da cidade no contexto dos indicadores da competitividade em função de diferentes leituras da cidade para além do seu centro urbano, dos pontos de vista administrativo, empresarial, residencial, cultural, logístico, do conhecimento e do turismo e lazer.

Se a aposta no relançamento do termalismo nas Caldas da Rainha for levada a sério, pensamos que podemos ligar um conjunto de perspec-

tivas correlacionadas entre si, designadamente nas áreas da saúde, do património e do turismo. As novas tendências de procura emergentes nos mercados internacionais e nacional, centradas em motivações ligadas à recuperação física e intelectual e ao bem-estar, apontam para a necessidade de equacionar as valências da estância termal no contexto dos recentes conceitos que hoje configuram a nova realidade do termalismo. Em simultâneo, há que manter garantias de autenticidade e integridade do Conjunto Termal das Caldas da Rainha, baseadas em pilares fundamentais: a protecção e o enquadramento legislativo no quadro administrativo português, o envolvimento de todos os actores interessados no processo de classificação e valorização, o controlo de padrões físicos que permitam a monitorização do nível de conservação do sítio, a aplicação sistemática e contínua de um plano de gestão destinado à conservação. Este plano de gestão deverá ser articulado segundo as fases de consolidação dos estudos, conservação, manutenção, monitorização, protecção e valorização.

Estes princípios devem começar na preservação do elemento Água. Segundo o professor Aires-Barros:

«chamar a atenção para o facto de as águas minerais serem geo-recursos renováveis em função de uma



Capa de *Cidade Termal*, boletim de cultura urbana, n.º 10, Outubro de 2005, direcção de Jorge Mangorinha. Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

gestão racional da sua exploração e utilização pelo Homem.

Assim se explica a necessária correlação íntima entre a gestão cuidada do fluido termal em si e na sua envolvente e a necessidade de considerar o próprio ambiente e a paisagem como recursos materiais cuja fruição supõe condicionantes estreitos e estritos. Acresce que, no caso das Caldas da Rainha, o valor ecológico de recurso geo-hidrológico, como são as suas águas termais é fundamental para a preservação da biodiversidade tão característica da região ao longo do tempo» (Aires-Barros 2005).

Complementarmente, há a necessidade urgente em conservar e restaurar o património cultural, natural e arquitectónico e de integrar a comunidade em acções de valorização do património e dos espaços públicos, designadamente os verdes. Nesta perspectiva, também os professores Fernando Catarino e João Caldeira Cabral alertam sobre a importância da vegetação e da paisagem:

«Na Mata são múltiplas as valências que concorrem para a grande importância deste património e para a necessidade imperiosa de urgentes acções de intervenção que

garantam o seu revigoramento e sustentabilidade. É óbvio que, numa análise imediata, são os valores estéticos da própria Mata e a inerente protecção e amenização ambiental, de que as termas e a cidade directamente beneficiam, os que acolhem mais fácil consenso. Porém, são outras valências inestimáveis deste singular património mas a que, temos que admitir, continua a não ser dado o relevo que de facto merecem, tanto na simples avaliação ou valorização ambiental dos sítios como na justificação e enquadramento de políticas transversais relativas à gestão e conservação dos recursos naturais.

É o caso da ocorrência de habitats muito variados e contrastantes na sua estrutura e ecologia organizados em sistemas de grande complexidade assentes num reticulado de manchas e corredores ecológicos e ecótonos extremamente representativos da biodiversidade potencial regional.

Tais majorações do valor ecológico resultam da continuidade espacial da Mata e dos espaços verdes que lhe são contíguos, o Parque e a importante mancha, expectante, de espaços agrícolas e florestais como que a ser asfixiados pela malha urbana» (Catarino 2005).

Caldeira Cabral, por seu turno, refere «que é vital que, com uma correcta visão de planeamento estra-

tégico, se aproveite de imediato a disponibilidade de terrenos ainda existente, unindo esforços necessários para o aproveitamento daquela que será a última oportunidade de manter as Caldas da Rainha como Cidade Termal» (Cabral 2005).

São estas convicções, de quem connosco estudou recentemente este património, que servem de balizas para sublinhar a sua relevância universal, até há poucos anos escassamente divulgada. Exige-se que o país e a cidade lhe devolvam o seu olhar e que esta se valorize em torno de um projecto à escala urbana, a longo prazo, sublinhante das «mais variadas facetas de um local e do seu transcorrer histórico onde um denso património cultural intangível, cobre, cimenta, aglutina um amplo património tangível, arquitectónico, artístico e ainda natural, ambiental, paisagístico. Um todo preñado de valores que o tornam único em si e na sua persistência temporal» (Aires-Barros 2005). Destas *Caldas do Populus*, que «deram ao Portugal de Quinhentos um dos mais importantes programas de edificação de uma ideia de Renascimento do espaço urbano ao cultivado serviço da assistência à pobreza e à miséria com que se foi longamente pintando, entre aflição e fatalismo, a vida do Povo de Portugal: saberemos agora, cinco séculos depois, preservar e renovar este

projecto único? Saberemos, mais ainda, preservar transformadamente um património único a nível nacional e europeu numa lição verdadeiramente universal?» (Sousa 2005).

E perguntamos nós, querem os portugueses – a começar pelos caldeneses – reconhecer o pioneirismo deste conjunto patrimonial como secular relação do Homem com a Água?

Bibliografia:

- AIRES-BARROS, L. 2005. Termalismo e Preservação do Património Cultural e Natural. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- CABRAL, J. F. Caldeira. 2005. A Modernização dos Espaços Verdes Termais. O Caso Particular das Caldas da Rainha. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- CATARINO, F. 2005. A Propósito da Mata das Caldas. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Caldas da Rainha: Património das Águas. Projecto de Candidatura a Património da Humanidade*. 2004. Coordenação geral de Jorge Mangorrinha. Edição limitada da Câmara Municipal das Caldas da Rainha para a Comissão Nacional da UNESCO.
- PINTO, H. Gonçalves. 2005. O «Passear as Águas». Uma História do Parque e da Mata das Caldas da Rainha. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- PINTO, H. Gonçalves e Mangorrinha, J. 2005. O Programa e a Arquitectura Termal. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SERRA, J. B. 2006. Apresentação da obra *Judeus em Portugal durante a II Guerra*, de Irene Pimentel. Caldas da Rainha. 7 de Julho. <http://www.cidadeimaginaria.org/>.
- SILVA, J. C. Vieira. 2005. A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SOUSA, I. Carneiro de. 2005. Um Hospital do *Populus*. Da Misericórdia e da Rainha para uma Vila do Renascimento. *Caldas da Rainha: património das águas*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Helena Gonçalves Pinto*, Jorge Mangorrinha**

* Licenciada em História. Mestranda em Museologia e Património. Investigadora.

** Licenciado em Arquitectura. Mestre em História Regional e Local (especialização em Património). Doutorando em Urbanismo na Universidade Técnica de Lisboa.